

Técnica Superior na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;
Inspectora Superior na Inspecção-Geral da Segurança Social.

3 — Formação Profissional Relevante: “Técnicas legislativas”, “Contencioso Administrativo”, “O regime da administração financeira do Estado”, “Técnicas de gestão da qualidade”, “Liderança em acção”, “Contencioso Administrativo — Aspectos práticos”, “POCP — O Plano Oficial de Contabilidade Pública”, “Gestão e Desenvolvimento Organizacional”, “Gestão Orçamental”, “O Código dos Contratos Públicos”, “O Novo Regime da Avaliação do Desempenho”, “O Novo Regime de Vinculação de Carreiras e Remunerações”, “Balanced Scorecard Inicial”.

202241564

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extracto) n.º 20041/2009

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular do cargo de Direcção Intermédia de 2.º Grau de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, constante da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, designadamente através da Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar aquele cargo o candidato David Lucas Nunes.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados aquele candidato possui competência técnica e a aptidão necessária para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, o licenciado em Gestão de Empresas da carreira de Técnica Superior, David Lucas Nunes, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009).

A presente nomeação produz efeitos a partir de 6 de Julho de 2009. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

28 de Julho de 2009. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: David Lucas Nunes;
Residência: Castelo Branco;
Idade: 40 anos;
Naturalidade: França.

2 — Habilitações académicas

Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada;
Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração;
Curso do FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração.

3 — Experiência profissional:

5 de Agosto de 2002 — início de funções na Administração Pública;

1 de Setembro de 2006 — nomeado Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, em regime de substituição, da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior;

2 de Abril de 2007 — nomeado Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, em regime de substituição, da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

4 — Formação profissional:

Curso de “Criação de Serviços Empresariais na Internet”;
Curso de “Fiscalidade”;
Curso de “Técnicas Avançadas de Escritório Electrónico”;

Curso de “Formação Pedagógica de Formadores”;
Curso de “Plano Oficial de Contabilidade Pública”;
Seminário de “Gestão Documental na Administração Pública”;
Curso de “SIADAP”.

202243962

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho n.º 20042/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho n.º 19313/2009, de 12 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 21 de Agosto, relativo à declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à execução da obra da Concessão Douro Litoral — A32/IC2 — Oliveira de Azeméis/IP 1 (São Lourenço) — Trecho 3 — Louredo/IP 1 (São Lourenço), por a Imprensa Nacional-Casa da Moeda não ter procedido à publicação da totalidade dos mapas de áreas submetidos a publicação, aqui se declara a sua não produção de efeitos.

31 de Agosto de 2009. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

202249284

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 15485/2009

Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12 -A/2008 de 27 de Fevereiro, faz -se público que, por deliberação de 16 de Julho de 2009 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., no âmbito da competência própria, se encontra aberto o procedimento concursal comum para a contratação de quatro Assistentes Técnicos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro.

Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro,

1 — Identificação do acto — A abertura de Procedimento Concursal Comum para preenchimento de quatro postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico.

2 — Modalidade da Relação Jurídica — Contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

3 — Prazo de validade — O presente procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

4 — Local de Trabalho — Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo/Núcleo de Atendimento Público — Rua Domingos Monteiro, n.º 7, 1069-056 Lisboa.

5 — Caracterização do Posto de Trabalho — Exercício de funções com grau de complexidade 2, sendo que as funções a desempenhar incidem sobre tarefas inerentes à actividade de atendimento ao público, nomeadamente:

- recepção das pretensões no âmbito da área de condutores e profissionais (conferência de documentação e cobrança de taxas);
- recepção das pretensões no âmbito da área de veículos (conferência da documentação e cobrança de taxas);
- recepção das pretensões no âmbito da área de licenciamento e autorização de transportes (conferência da documentação e cobrança de taxas);
- recepção de defesas, impugnações e outros documentos relativos aos processos de contra-ordenações;
- prestar informações de carácter geral.

6 — Perfil — Capacidade de organização e trabalho orientado para a obtenção de resultados; capacidade de adaptação no trabalho e versatilidade/polivalência nas funções; auto-aprendizagem; comunicação escrita e oral; relacionamento interpessoal e trabalho em equipa.